



Daniel Bessa considera que a regulação falhou no caso do BPN

O antigo ministro diz que há vários anos se fala, “à boca pequena e não tão pequena”, de coisas pouco ortodoxas que se passam no banco liderado por Oliveira e Costa

● O economista e ex-ministro socialista da Economia Daniel Bessa criticou ontem a actuação do Banco de Portugal no caso do Banco Português de Negócios, dizendo que “o lado mais trágico desta história do BPN, infelizmente, acaba na regulação”.

“Havia razões mais do que suficientes para ver o que se estava a passar”, afirmou Daniel Bessa em declarações à agência Lusa à margem do XVII Seminário Internacional de Países Latinos da Europa e América, organizado em Santa Maria da Feira pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Na sua opinião, as “empresas de auditoria e de revisão de contas - que se diz que depois foram mandadas embora - a seu tempo chamaram a atenção para coisas sérias” na operação do banco. “Como é que, depois, a regulação, nem com base em denúncia expressa dos relatórios de auditoria consegue entrar e ver um bocadinho melhor? Esta crise financeira mostra que correu muito mal muita coisa com a regulação.” “Esta história do BPN mostra que as coisas realmente não estão bem”, sustentou.

Recordando que, “à boca pequena e não tão pequena, toda a gente no país, há pelo menos meia dúzia de anos, falava de uma situação que parecia muito pouco ortodoxa” no BPN, Daniel Bessa considerou que, “se a regulação não foi capaz de intervir, há coisas que precisam de ser melhoradas”.

“Ao que se dizia, havia razões mais do que suficientes para, pelo menos, ver aquilo mais de perto e ver o que



DANIEL ROCHA

Nacionalização era inevitável, defende Daniel Bessa

se estava a passar”, disse o ex-ministro do Governo de António Guterres.

Atingida a actual situação de falta de liquidez do banco, Daniel Bessa considera que a sua nacionalização era inevitável. “O BPN ou ficava nas mãos do Estado ou nunca seria capaz de liquidar as suas obrigações”, considerou.

Relativamente às fortes críticas do actual presidente do banco, Miguel Cadilhe, à actuação do Governo nesta matéria, Bessa reconhece-lhe apenas legitimidade para discutir “aspectos de detalhe e de pormenor”.

“Acho que Miguel Cadilhe talvez esteja a discutir mais questões de pormenor, porque ninguém duvida de que, sem o Estado, o BPN não conseguia pagar aos seus depositan-

tes”, defendeu. Para Daniel Bessa, os dois pedidos de crédito feitos à Caixa Geral de Depósitos são a prova de que o banco “já estava nas mãos do Estado”.

Catástrofe esteve iminente

Na sua intervenção, Daniel Bessa afirmou que o mundo esteve “à beira de uma catástrofe de proporções inimagináveis” devido à crise financeira mundial, com a banca a ser salva *in extremis* pelas medidas tomadas pelos vários Governos.

O antigo ministro sustentou que na origem desta crise do sistema financeiro estiveram “problemas de regulação”, que levaram a que “as pessoas deixassem de acreditar na banca”.

Segundo Daniel Bessa, os “enormes problemas anunciados no mercado de crédito” levarão a que “a gestão financeira das empresas se torne muito apertada nos próximos meses. “Temos aqui um problema que vai ter reflexos muito fortes e vai durar bastante tempo a resolver”, sustentou.



“Como é que a regulação nem com base em denúncias consegue entrar e ver um bocadinho melhor?”

Decisão comunicada terça-feira

Cadilhe renuncia à presidência do Banco Português de Negócios

Cristina Ferreira

● Miguel Cadilhe anunciou ontem ter renunciado, no início da semana, à liderança do Banco Português de Negócios (BPN) SA, sendo substituído nas funções por Francisco Bandeira, da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Cadilhe vai manter-se à frente da Sociedade Lusa de Negócios e do BPN SGPS.

A decisão de Miguel Cadilhe foi formalmente comunicada na última terça-feira e antecede a publicação do decreto de nacionalização da instituição financeira, que prevê a passagem do banco para o universo da Caixa Geral de Depósitos. Faria de Oliveira, CEO do banco público, indicou o seu vice-presidente, Francisco Bandeira, para liderar o BPN SA.

O conselho de administração encabeçado por Cadilhe assumiu funções em Julho passado, substituindo a equipa de Abdoool Vakil, que ocupava o lugar desde a saída de José Oliveira e Costa. Cadilhe tinha como meta reestruturar o BPN, tendo iniciado um programa de saneamento e de recapitalização da instituição, que enfrentava insuficiências financeiras da ordem dos 800 milhões de euros.

O antigo ministro das Finanças avançou ainda com um projecto de saneamento do banco, que o Governo e o BdP chumbaram, e que visava a injeção de fundos de 600 milhões de euros, por contrapartida da entrega de acções preferenciais sem direito de voto, prevendo uma remuneração de 5,5 por cento do Estado, com

um período de carência até 2011.

A nacionalização do BPN vai arrastar consigo o Banco Efisa, braço de investimento da instituição e que é encabeçado por Abdoool Vakil, e ainda a Real Seguros Vida. Cadilhe manter-se-á à frente da Sociedade Lusa de Negócios, o único accionista do BPN SA e do BPN SGPS.

A holding controla as corretoras do grupo, a Fincor e a Real Seguros (ramos reais). No quadro do projecto de reabilitação, Cadilhe colocou à venda as duas companhias de seguros, que funcionavam de forma integrada, apesar de pertencerem a accionistas distintos. O BPN SGPS vai manter a sua intenção de alienar a empresa, que já foi avaliada pela Lusitânia, do grupo Montepio Geral, e pela Açoreana Seguros, do grupo Banif.